



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680400 - MT (2021/0220468-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ANGELO BERNARDINO DE MENDONCA JUNIOR
ADVOGADO : ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JUNIOR -
MT0163300
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : ANDRE PEREIRA NEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRÉ PEREIRA NEVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (n. 1008110-56.2021.8.11.0000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 22 de abril de 2021, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

Sustenta o impetrante a inexistência de fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar e a suficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas do cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente